

IGOR HENRIQUE DOS SANTOS LUZ

OS MEIOS DESCONSTITUTIVOS  
DA COISA JULGADA EM  
MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA E  
SUA RELATIVIZAÇÃO



Alteridade

Curitiba - 2019



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná  
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br  
**www.alteridade.com.br**

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazzon  
Claudia Rosane Roesler  
Daniela Cademartori  
Fabiano Hartmann Peixoto  
Guido Aguila Grados  
Ingo Wolfgang Sarlet  
Isaac Reis

Jairo Enrique Herrera Pérez  
Jairo Gilberto Schäfer  
José Antonio Savaris  
Marcos Garcia Leite  
Luis Alberto Petit Guerra  
Paulo Márcio Cruz  
Zenildo Bodnar

---

L979

Luz, Igor Henrique dos Santos  
Os meios desconstitutivos da coisa julgada em matéria previdenciária e sua relativização / Igor Henrique dos Santos Luz –  
Curitiba: Alteridade Editora, 2019.  
286p.; 21cm

ISBN 978-85-65782-31-9

1. Coisa julgada. 2. Direito processual previdenciário.  
I.Título.

CDD 344.032(22.ed)  
CDU 349.3

---

Catálogo: M<sup>a</sup> Isabel Schiavon Kinasz  
Revisão: Anna Maria Morelli Piazza  
Diagramação e Capa: Jonny M. Prochnow  
A capa contém objetos gráficos da Freepik.com

## Agradecimentos

Agradeço a Deus, porque creio, que com sua infinita bondade e amor me permitiu chegar até aqui e realizar este trabalho intelectual, no propósito de engrandecer ainda mais os questionamentos e as reflexões sobre a busca da justiça. Fazer-me não só mais humano, mas, igualmente, instrumento de vossa paz!

Agradeço aos meus pais, que com amor e dedicação me fizeram o homem que sou, moldaram meu caráter para o bem, guiando-me sempre no caminho do justo e do bom e orientando-me para que dele não me desviasse. À minha mãe, em especial, por toda sua luta e sua história, por ter sido um exemplo tão valioso...Só quem vestiu seus primeiros sapatos aos 15 anos sabe o real significado e conteúdo da humildade e pode ensiná-la de geração em geração!

Agradeço à Ana Claudia Cury Calia de Souza Luz, a quem dediquei meu amor sem medida e sem economizar esforços, por seu companheirismo, seu caráter, sua bondade, sua coragem, seu empenho, gentileza e compreensão, por me haver questionado e impulsionado várias vezes, e por ter sido entusiasta do meu trabalho e admiradora.

Obrigado por ter compartilhado comigo o exercício do amor.

Agradeço ao Prof. Jaime Domingues Brito, que muito se mostrou amigo, sábio, culto e complacente. Nossas conversas, seu trato comigo e com as pessoas em geral (talvez, a característica que eu mais enalteça!), seus ensinamentos, seu jeito de orientar e corrigir marcaram uma feliz parte em mim. Meu muito obrigado!

Agradeço ao Dr. Roberto Lima Santos, magistrado titular da Vara Federal de Apucarana, e aos meus amigos servidores, por tornarem o ambiente de trabalho tão bom.

Agradeço aos meus mestres e amigos em geral.



*O sábado foi feito para o homem,  
e não o homem para o sábado.  
(Mc, 2:27)*



# Lista de Siglas e Abreviaturas

ADPF	Ação Declaratória de Preceito Fundamental
CF	Constituição Federal
CPC	Código de Processo Civil
CRPS	Conselho de Recursos da Previdência Social
DJ	Diário da Justiça
DJe	Diário da Justiça Eletrônico
HC	Habeas Corpus
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LGL	Legislação
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
RE	Recurso Extraordinário
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RPC	Regime de Previdência Complementar
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
TFR	Tribunal Federal de Recursos
TJPR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
TRF	Tribunal Regional Federal
TNU	Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde





# Sumário

<b>Introdução</b> .....	15
<b>Capítulo 1 – COISA JULGADA E EFICÁCIA PRECLUSIVA:</b> em torno de conceituações, significações e alguns limites .....	19
1.1 - O Conceito da Coisa Julgada.....	19
1.2 - Coisa Julgada Formal e Material.....	26
1.3 - Limites Objetivos da Coisa Julgada.....	30
1.4 - Limites Subjetivos da Coisa Julgada.....	30
1.5 - Funções Positiva e Negativa da Coisa Julgada Material .....	32
<b>Capítulo 2 – (TRANS)RESCISORIEDADE DA COISA JUGADA:</b> entre justiça e rescindibilidade .....	35
2.1 - A Rescisoriedade possível da Coisa Julgada.....	35
2.2 - A Retroatividade da norma mais benéfica e a Rescisão da Coisa Julgada .....	40
2.3 - Coisa Julgada e o problema da justiça da decisão .....	42
2.4 - A Coisa Julgada Inconstitucional .....	49
2.4.1 - O Caráter não absoluto das Normas Constitucionais e a Flexibilização da Coisa Julgada .....	60
<b>Capítulo 3 – A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA</b> .....	67
3.1 - A situação de segurado como questão de estado da pessoa .....	68
3.2 - Os fundamentos da relativização da coisa julgada em matéria previdenciária .....	71
3.2.1 - A relevância maior do fundamento atinente à questão de estado da pessoa .....	81
3.2.2 - A Relativização da Coisa Julgada Previdenciária no Direito Comparado Argentino.....	89

3.3 - A Contra-Crítica à Relativização da Coisa Julgada em Matéria Previdenciária .....	91
3.4 - A Relativização da Coisa Julgada Previdenciária na Jurisprudência Atual .....	95
3.5 - A Autotutela e a Sindicabilidade dos Atos Autárquicos: anulação e revogação .....	109
3.6 “Alta Programada”: Pode a Administração rever um Ato Jurisdicional? .....	120

**Capítulo 4 – DOS MEIOS DESCONSTITUTIVOS DA COISA JULGADA EM MATÉRIA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....** 123

4.1 - Da Ação Rescisória.....	123
4.1.1 - Conceito e Características: Ação ou Recurso? .....	123
4.1.2 - A Rescisoriidade das Decisões Terminativas: Quando nem tudo se resume ao <i>mérito</i> .....	127
4.1.3 - A Política-Legislativa de exclusão da Rescisoriidade: Qual é o espírito da ação rescisória? .....	129
4.1.4 - Superação da Súmula nº. 343 do Supremo Tribunal Federal ....	132
4.1.5 - As Hipóteses de Rescindibilidade .....	138
4.2 - A <i>Querela Nullitatis Insanabilis</i> e os vícios de existência que não se convalidam.....	152
4.2.1 - Conceito e História .....	152
4.2.2 - O vício de existência clássico: o defeito inconvaleável da ausência de citação válida.....	157
4.2.3 - Os demais vícios de (in)existência .....	161
4.2.4 - O Juízo Competente para conhecer da <i>Querela Nullitatis Insanabilis</i> .....	162
4.2.5 - A Falta de Pressuposto necessário à Constituição e Desenvolvimento válido do Processo .....	164
4.2.6 - As Demandas Previdenciárias/Assistenciais e a Teoria Concretista da Ação de “Wach” .....	166
4.2.7 - A Fungibilidade dos Meios Rescisórios e a <i>Querela Nullitatis Insanabilis</i> .....	166
4.3 - Embargos à Execução e Impugnação ao Cumprimento de Sentença: a rescindibilidade pelo controle de constitucionalidade.....	171
4.3.1 - O Caráter Rescisório das Exceções à Execução dos Julgados ...	171
4.3.2 - A Origem Histórico-Comparada dos Institutos Jurídicos .....	173
4.3.3 - A Provisoriidade da Execução e a (In)Eficácia do Título Judicial viciado de Inconstitucionalidade .....	174

4.3.4 - A Definitividade da Execução e a Declaração Ulterior ao Trânsito em Julgado sobre a (In)Eficácia do Título Judicial viciado de Inconstitucionalidade .....	179
4.3.5 - O Manejo da Ação Rescisória nos Juizados Especiais Federais como Meio de Impugnação do Título Judicial já transitado em julgado e fundado em Norma ou Interpretação Inconstitucional ...	180
4.3.6 - O Alcance da Rescisoriedade: Haveria Desconsideração da Coisa Julgada formada antes mesmo da Decisão do Supremo Tribunal Federal? .....	182
4.3.7 - Rescisoriedade da Sentença contrária à Constituição: entre a Força das Ações Diretas e as Modalidades do Controle de Constitucionalidade. ....	185
4.3.8 - O Precedente de Inconstitucionalidade formado nos Tribunais Regionais ou de Justiça: existe uma Força Rescisória? .....	190
4.3.9 - O Aspecto Intertemporal das Novas Normas do Código de Processo Civil.....	194
4.3.10 - O Caso das Revisões da Renda Mensal das Pensões por Morte: A Alteração do Art. 75 da Lei nº. 8.213/91 promovida pela Lei nº. 9.032/95.....	194
4.3.11 - À Guisa de Conclusão: a Utilidade dos Meios Rescisórios nas Ações de Cunho Previdenciário/Assistencial.....	197
4.4 - Do Mandado de Segurança.....	198
4.4.1 - Cabimento do Mandado de Segurança conta Atos Jurisdicionais.....	198
4.4.2 - Requisitos de Admissibilidade do <i>Writ</i> Constitucional .....	199
4.4.3 - Uso do Mandado de Segurança como Meio Atípico de Relativização da Coisa Julgada Material.....	202
4.4.4 - O Caso dos Juizados Especiais e a Escolha Legislativa pela Não Rescisoriedade.....	212
4.4.5 - O Reflexo do Cabimento do Mandado de Segurança na Jurisprudência .....	216
4.4.6 - A Faculdade do Terceiro Prejudicado Ajuizar Mandado de Segurança com Finalidade Rescisória. ....	218
4.4.7 - O Mandado de Segurança em face das Sentenças Inconstitucionais e Inexistentes.....	221
4.4.8 - Conclusão .....	223
4.5 - Da Reclamação Constitucional.....	224
4.5.1 - Conceito e Natureza Jurídica .....	224
4.5.2 - Reclamação Constitucional e seu Efeito Impeditivo do Trânsito em Julgado da Decisão Reclamada .....	230

4.5.3 - As Hipóteses de Cabimento da Reclamação e seu Uso como Meio Desconstitutivo da Coisa Julgada .....	237
4.6 - A Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e sua Força Supranacional .....	243
4.6.1 - Breve Síntese do Sistema Interamericano dos Direitos Humanos e dos Elementos da Ação Internacional.....	243
4.6.2 - A Força conferida à Sentença Internacional que tutela os Direitos Humanos e seu Caráter Rescisório .....	245
4.6.3 - Debate com os Argumentos Contrários à Rescisoriedade da Sentença Internacional .....	246
4.6.4 - Efetivação do Efeito Rescisório da Sentença Internacional que tutela Direito Humano de Natureza Securitário-Social .....	253
4.6.5 - O Controle de Convencionalidade pela Jurisdição Interna e a “Fertilização Cruzada” .....	255
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>257</b>
<b>Referências.....</b>	<b>277</b>